

## Projeto de lei do Bloco sobre DRM é aprovado

14 de Junho, 2013 - 16:02h

Assembleia da República aprovou na generalidade projeto que garante o exercício dos direitos dos utilizadores no meio digital, permitindo contornar os mecanismos de controlo desde que para utilizações permitidas pela lei.

O projeto de lei do Bloco de Esquerda que descriminaliza quem contornar os mecanismos anticópia (DRM) para usos legais foi aprovado, na generalidade, pelo plenário da Assembleia da República. Votaram a favor o Bloco de Esquerda, o PCP, os Verdes, o PS; PSD e CDS abstiveram-se. Um projeto de sentido semelhante do PCP foi igualmente aprovado com votação semelhante.

O projeto de lei que "Garante o exercício dos direitos dos utilizadores, consagrados no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos", do Bloco de Esquerda, visa assegurar direitos legítimos dos consumidores, nomeadamente o direito à cópia privada de meios digitais consagrado em lei, e que não é garantido atualmente. O projeto, além disso, garante a preservação do domínio público no ambiente digital.

### Permitido "quebrar" DRMs

Assim, quem contornar ou "quebrar" um DRM para fazer uma cópia autorizada pela lei, deixa de estar sujeito a uma pena de prisão "como acontecia atualmente. Entre os usos legais estão a cópia privada (para ouvir um CD no carro, por exemplo), uso pedagógico, preservação em disco por parte das bibliotecas...).

O projeto agora aprovado dispõe que: "As medidas eficazes de carácter tecnológico não podem constituir um obstáculo ao exercício normal pelos beneficiários das utilizações livres previstas" pela lei.

### Domínio público

Por outro lado, o projeto dispõe que fica "interdita a aplicação de medidas eficazes de carácter tecnológico a obras no domínio público bem como a novas edições de obras no domínio público e ainda a obras editadas por entidades públicas ou com financiamento público". Fica assim garantido o acesso a obras em domínio público, de autores que morreram há mais de 70 anos e que já não têm direitos patrimoniais, como Eça de Queirós, Fernando Pessoa ou mesmo Luís de Camões. A introdução de restrições digitais em novas edições destes autores estava a representar uma reprivatização daquilo que é público.

O projeto passa agora para o debate de especialidade em comissão.

Artigos relacionados:

Bloco quer preservar direitos dos utilizadores e domínio público no meio digital <sup>[1]</sup> Perguntas e respostas sobre a partilha de ficheiros na Internet <sup>[2]</sup> Cópia Privada <sup>[3]</sup>

Sobre o/a autor(a):

- Biblioteca
- Agenda
- Jornal Esquerda
- Blogosfera
- Comunidade
- Revista Vírus
- Wikifugas
- Ficha Técnica

---

**URL de origem:** <http://www.esquerda.net/artigo/projeto-de-lei-do-bloco-sobre-drm-%C3%A9-aprovado/28238?page=0>

**Ligações:**

[1] <http://www.esquerda.net/artigo/bloco-quer-preservar-direitos-dos-utilizadores-e-dom%C3%ADnio-p%C3%ABlico-no-meio-digital/28214>

[2] <http://www.esquerda.net/dossier/perguntas-e-respostas-sobre-partilha-de-ficheiros-na-internet>

[3] <http://www.esquerda.net/opinioao/c%C3%B3pia-privada>